

Folha salarial leva culpa pelo déficit

60

FH aponta ganho real de salários de 17% no ano passado para não se comprometer com reajuste

BRASÍLIA — Na entrevista coletiva de ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso responsabilizou o crescimento da folha salarial do governo pelo déficit público e não quis se comprometer com o pagamento de reajuste ao funcionalismo em janeiro. Ele afirmou que o funcionalismo federal teve um ganho real de salários de 17% no ano passado, mas não explicou como o governo chegou a esse número.

“Já temos uma política de recomposição de salários e o ganho real foi esse”, disse o presidente. Fernando Henrique confirmou que o salário mínimo será reajustado em maio, mas não mencionou valores.

Os gastos com pessoal cresceram de R\$ 28,4 bilhões em 1994 para R\$ 36 bilhões ano passado e, segundo o presidente, pesaram mais do que os juros no de-

sequilíbrio das contas do governo. “Não adianta ficar dando aumento se quem vai pagar depois é o povo”, argumentou. Para ele, “houve um desequilíbrio das contas públicas à custa do funcionalismo” e o governo vai “fazer o possível para adequar a situação”.

“O governo não está lançando mão de política salarial para conter o déficit público”, afirmou ele. “O salário mínimo foi reajustado ano passado e foi o maior reajuste da história, estável.”

O presidente disse que não sabe o que vai acontecer daqui até maio, data do reajuste do mínimo, e “não adianta dar aumento que depois não dê capacidade de compra”. Para ele “a nova regra deve ser pagar o melhor possível e que seja possível pagar.”

Malan — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, pediu ontem

aos líderes do governo que não deixem a reforma tributária de lado, nas negociações com os parlamentares durante a convocação extraordinária do Congresso. A solicitação foi feita durante um café da manhã com o líder do governo na Câmara, Luís Carlos Santos (PMDB-SP)

e com o líder no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).

Malan colocou-se à disposição para conversar sobre o assunto com o relator do projeto, deputado

Mussa Demes (PFL-PI). A principal pendência da proposta é como repor as perdas que alguns Estados terão, com o fim da taxaçaõ sobre a exportação de bens semi-elaborados, bens de capital e insumos agrícolas. “A reforma previdenciária vai bem, a administrativa também e é importante que a tributária não fique em segundo plano”, disse Rigotto.

MINISTRO
PEDE ATENÇÃO
ÀS MUDANÇAS
TRIBUTÁRIAS